

MUSEU DA PESSOA



Museu da Pessoa

Uma história pode mudar seu jeito de ver o mundo.

Abifarma 50 anos: Indústria Farmacêutica e Cidadania (ATD)

"O medicamento é tão importante quanto o alimento"

História de [Sara Kanter](#)

Autor: [Museu da Pessoa](#)

Publicado em 02/02/2005

Abifarma 50 Anos

Depoimento de Sara Kanter

Entrevistada por Luís André e Sara Mendonça

São Paulo, 30/05/1997

Entrevista nº ATD_HV010

Transcrito por Raúl Daniel Tegli

Revisado por Genivaldo Cavalcanti Filho

P/1 - Vamos começar com sua identificação. Seu nome completo, local e data de nascimento.

R - Meu nome é Sara Mariany Kanter. Nasci no dia 8 de agosto de 1947. Esse é um ano fantástico porque vou fazer cinquenta anos. Acho um marco fantástico. [Nasci] em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

P/1 - Vamos começar, para ficar mais fácil, pelas origens pelo lado do pai. Que você conhece das histórias dos avós e bisavós?

R - Meu pai era romeno, judeu da Bessarábia, como nos chamamos, e nasceu numa cidade que era um dia russa, outro dia romena. As famílias dessas regiões tinham uma característica muito interessante: dependendo da data em que nasceu seu filho e da bandeira na prefeitura, eram russos ou romenos. Minha avó paterna era da mesma localidade. Eles vieram para o Brasil com os pais deles, de meu pai, em 1916... 1918, mais ou menos. O nome dele era Israel Kanter. O nome da minha mãe, Sara, e meu avô se chamava Emmanuel. Minha mãe, Lair, era filha de imigrantes italianos, de mãe brasileira, também descendentes de italiano.

P/1 - Qual o motivo da vinda deles?

R - Na época, após a Primeira Guerra, havia muita perseguição anti-judaica nessa região e muitos vieram para o Brasil. Para a América.

P/1 - E das histórias de seus avós, você conhece alguma coisa? O que faziam seus avós? Sobreviviam como?

R - Eram fundamentalmente agricultores.

P/1 - Eles sempre estiveram radicados no mesmo lugar?

R - Normalmente andavam de aldeias em aldeias em função da facilidade, maior ou menor, do próprio clã familiar e dos judeus em si se sentirem melhor. Na Rússia era mais difícil. Meu pai, por exemplo, tinha cartilhas em russo e romeno, e falava as duas línguas como se fosse... As identidades se misturavam.

P/1 - E ele veio com quantos anos?

R - Ele veio com doze anos.

P/1 - Ele veio só com sua avó?

R - Com o avô dele, com o pai e a mãe e alguns irmãos.

P/1 - E foram se radicar onde?

R - Em Porto Alegre.

P/1 - E pelo lado de sua mãe, de que região são e o que conhece da história deles?

R - Calábria. Quando minha mãe nasceu, o pai dela morreu antes dela nascer; [ele] era o imigrante, então era uma família que eu não tive contato. Minha avó depois casou de novo, muito tempo depois e teve outros filhos. Mas esse lado da família, do meu avô materno, Mariany, eu não conheço a história, nem ela conhecia direito.

P/1 - Eles vieram para o Brasil em que época?

R - Também não sei. Como minha mãe nasceu em 1922, deve ter sido pouco antes de 1920, tendo ele falecido antes dela nascer. Minha avó estava grávida.

P/1 - E radicaram-se em Porto Alegre.

R - Era no interior, perto de Camaquã, no Rio Grande do Sul.

P/1 - E o que fizeram aqui, os dois lados da família?

R - Eram agricultores.

P/1 - Na região de Porto Alegre.

R - Da [parte da] minha mãe, não. Do meu pai, sim. Perto, 150 km, mais ou menos, de Porto Alegre.

P/1 - Seu pai chegou aqui já meio adolescente, já com escolaridade ou se formou aqui?

R - Meu pai não fez universidade, porém era uma pessoa extremamente culta, gostava de ler. Era muito ecumênico. Era grão-mestre de Maçonaria. Adorava mandar defumar a loja de imóveis. Tinha um crioulo imenso, que ele chamava de "irmão". Era pai-de-santo e era bem preto, bonito; era maçom, também. Eles defumavam a casa e colocavam a espada de São Jorge. Era o judeu mais ecumênico que eu já vi. Eu e minha irmã estudamos em colégio católico, no primário. Depois fomos para uma escola alemã, fazer o ginásio. Minha irmã se casou com um alemão, um descendente de alemães, evangélico, então havia sempre um contato muito grande com as diversas áreas religiosas. Por isso me considero sem religião.

P/1 - O que você conhece da história do encontro de seus pais? Onde foi, como se deu o casamento deles?

R - Minha mãe era bem mais jovem que meu pai. Eles se encontraram lá em Porto Alegre. Ficaram juntos e foram muito felizes, enquanto ele viveu. Ele morreu há muito tempo, em 1968. Foi três meses antes de eu terminar a faculdade, que era um grande sonho dele, era essa cultura europeia de ver seu filho formado. Ele morreu em setembro, minha formatura foi em dezembro. Morreu do coração. Minha mãe morreu em 1988. [Há] Quase dez anos.

P/1 - Como descreveria sua mãe? Era mais dona de casa...

R - Uma pessoa muito doce, alegre, com uma vontade de viver incrível. Uma artista de trabalhos manuais. Essas coisas de crochê, tricô, cozinha e... Capaz de falar com animais, plantas, crianças. Com aquele estilo italiano barulhento. Uma pessoa fantástica.

P/1 - Mas não teve nenhuma carreira profissional, só se dedicou aos filhos.

R - Como ser humano teve uma carreira maravilhosa.

P/1 - Quantos irmãos são na sua casa?

R - Só minha irmã. Duas mulheres. [Ela] Se chama Sílvia, é professora de artes de primário e segundo grau; é uma artista, também. Sofredora, como todo professor. Acho que é uma vocação de criar e sofrer, ser professor no Brasil é vocacional mesmo. Ela não perde [uma] Bienal [de Arte de São Paulo]. Acho que aprendi a ver museus e exposições porque vou com a minha irmã. Fica diferente, uma pessoa em frente a um quadro [que] diz: "Olha a técnica [com] que ele pintou, [como] ele sentia, como ele via". É diferente sem um profissional ao lado, então ela me ensinou a ver a arte. Ela leva para as crianças da periferia e consegue manifestações fantásticas das crianças. Do

que é a arte, formas de sentir, de trabalhar com essas vivências.

P/1 - Ela é mais velha que você?

R - Não, é mais nova.

P/1 - Como você descreveria sua infância? Você diz que seu pai tinha uma loja de imóveis, que ele começou trabalhando no campo. Como ele chegou até lá?

R - Ele tinha uma tambo de leite numa época. Era leiteiro. Distribuía leite com carrocinha. No sul, o leite se colocava em tambores de metal. Tambo é o lugar onde se guardavam aqueles recipientes de leite, e eles vendiam a granel. Vinham e derramavam na leiteria da vizinha.

P/1 - Esse era o tempo em que ainda tinham fazenda.

R - Ele era juvenzinho. Sei que ele adorava andar a cavalo. Depois partiu para o que foi, acredito eu que para todo judeu, ser um caixeiro viajante - saiu a vender coisas até conseguir de novo se estabelecer, enfim.

P/1 - Quando ele se estabeleceu foi com móveis...

R - Móveis. Em Porto Alegre.

P/1 - Então ele passou a ter seu negócio. Foi por muito tempo?

R - Quando eu nasci, ele tinha [a loja de] móveis. Morreu tendo a loja.

P/1 - Todo tipo de móveis?

R - Móveis residenciais. Claro que, naquela época, não se usavam muito móveis de escritório, essas coisas especializadas. Eu gostava muito da loja porque tinha sofás, lava-roupas, camas... E a gente brincava de esconder...

P/1 - No centro de Porto Alegre?

R - Não, era no bairro Navegantes.

P/1 - Como era o nome da loja?

R - Empório Aliança. É interessante, porque isso armava uma tribo... Era uma rua interessante, em que havia um senhor que a gente chamava de "tio", até que porque os maçons também se tratam como irmãos e os filhos são "tios". Então a gente não sabia o que era tio de verdade, o que era tio maçom. Era um pernambucano, tinha uma loja e não era judeu. Era uma casa de consertos de máquinas Singer, e vendia máquinas. Tinha outro tio que tinha uma loja de roupas, tinha outro que era açougueiro, um outro que também tinha roupas. E era como se fosse uma irmandade a rua. Se acontecesse alguma coisa com algum... Um cuidava do negócio, se um viajava, outro tomava conta etc. A gente se sentia em família.

P/1 - Todos judeus ou maçons?

R - Ou maçons ou porque estavam próximos e acabavam por ter essa aliança. Era uma aliança entre os negociantes... As famílias se conheciam, participavam de tudo. Não sei se isso ainda existe. Esses pequenos comércios transformavam as pessoas em companheiros, mesmo.

P/1 - E como era sua casa de infância?

R - Era uma casa relativamente pequena, não era grande. Tinha um pátio imenso. Para criança, inclusive. Enorme. Minha mãe tinha galinha, pato, cachorro, gato, gata... As gatas davam crias, as galinhas chocavam. Tinha galinhas preferidas que tinham nomes e circulavam; podiam sair do galinheiro porque eram as preferidas, principalmente aquelas de pescoço pelado... Não sei se galinhas de pescoço pelado aprendem alguma coisa melhor. Tinha muitos animais, goiabeiras... Tinha um espaço gostoso que a gente podia fazer casinhas para gente brincar, especial...

P/1 - Era o centro de Porto Alegre?

R - Não, era o bairro de Higienópolis, ele fica mais perto do aeroporto. Um bairro gostoso, alto. Porto Alegre tem muitas montanhazinhas, uma cidade bonita, muito arborizada. Naquela época então... A gente fazia festas. Na minha casa tinha fogueiras no São João, tinha árvores de Natal e também algumas celebrações judaicas. Minha mãe era católica. Então a gente fazia de tudo.

P/1 - Vocês conviviam com a comunidade judaica?

R - Muito pouco. Por ser minha mãe católica havia um certo afastamento, porque éramos cristãos.

P/1 - Então seu pai não era muito ligado à tradição judaica, porque pelo fato de ter se casado com uma católica...

R - Isso também é bom. Porque mostra para a gente que às vezes a discriminação interna de uma sociedade dentro de um grupo é maior do que a externa. Dá para ter uma visão de vida um pouco menos preconceituosa. Ou [serve] pelo menos para a gente identificar que o preconceito interno pode ser muito mais violento do que a gente pensa que encontraria fora.

P/1 - E você viveu isso? Uma certa discriminação dentro da comunidade judaica?

R - Não houve trauma nem nada, exatamente por essa mistura toda, esse “caldeamento” bem Darcy Ribeiro, desse povo brasileiro. Todos imigrantes, num país incrível como esse, [em] que as pessoas se misturam mesmo. As raças, os povos. Isso é muito bom.

P/1 - Sua infância e sua adolescência foi um período economicamente tranquilo para você? Seu pai não teve nenhuma dificuldade econômica?

R - Na minha época, a gente ainda não tinha televisão, então não havia esse apelo comercial. Eu lembro que se brincava de brincar. Brincar de mocinha e bandido, porque se via Roy Rogers no cinema, Rin Tin Tin. A gente imitava o que tinha no cinema, na verdade, não tinha esse apelo de boneca da moda. Acho que era muito mais fácil. Subir em árvore... Poder fazer coisas assim era uma aventura muito maior do que ver um filme na TV.

Acho que essa vantagem... Quem pode estar livre de televisão quando criança tem a oportunidade de vivenciar a brincadeira por ela mesma. As crianças se reuniam todas as tardes. Imagina o inferno que era para os adultos, vizinhos... Barulhos. Brincava-se muito nas ruas. Isso num tempo em que as pessoas punham a cadeira na calçada no verão, as mães ficavam conversando e a gente ficava brincando. Era muito bom. Eu acho que os pais não sentiam esse problema econômico que há hoje, que a gente tem, para conseguir dar ao filho aquilo que ele pede em função desses apelos comerciais.

P/1 - E a sua formação? Você estudou numa escola próxima?

R - Inicialmente numa escola católica, de um colégio de freiras, chamada Maria Goretti; achei muito gostoso, achei as freirinhas muito carinhosas. Até o momento em que, em [aula de] Religião, a freira estava ensinando os mistérios da Santíssima Trindade. Eu questionei. Queria saber porque Pai, Filho e Espírito Santo, porque era um mistério. Tinha que explicar. Aí ela diz que não, que mistério era mistério, e eu citei Monteiro Lobato, porque meu pai me dava livros... E aí foi um escândalo na escola porque naquela época Monteiro Lobato era considerado comunismo para crianças. Até tem um livro com uma flecha: “Comunismo para Crianças”, então foi me recomendado que eu não lesse Monteiro Lobato porque era muito perigoso. Eu me lembro que foi o primeiro questionamento social que me senti fazendo. Porque não deveria. Depois fui a um colégio evangélico, no ginásio. Muito bom em termos de ensino, mas muito mais frio. Você sentia uma diferença muito grande. Foi um choque.

P/1 - Seu pai, apesar das recomendações, dava [o livro] sabendo que existia todo esse preconceito com Monteiro Lobato. Ele não tinha preconceito nenhum?

R - Não, meu pai era comunista. Ele andava com uns dinheirinhos onde a efigie era a foto de Luís Carlos Prestes - era a forma deles darem dinheiro para o movimento -, que ele trazia para nós brincarmos. Eu me lembro que eu achava que Luís Carlos Prestes era o Presidente da República, com essas fotos dele nas notas, como se fosse dinheiro. Não que naquela época a gente soubesse o que era comunismo, mas, com meu pai, a abertura em termos de literatura era muito grande.

P/1 - Ele militava no partido?

R - Eu tenho a impressão que sim. Eu não posso aprofundar muito se ele colaborava com dinheiro ou se ele... Mas era uma pessoa extremamente aberta a questões políticas. Discutia tudo. Eu me lembro que quando comecei a ler... Ele nos fazia ler jornais; dizia que estava com os olhos cansados, então queria que eu lesse as notícias. Eu lia e ele: “Então, achou o que disse?” “E se lesse isso por outro lado, será que isso é verdade, será que não é?” Sempre era um ensinamento do tipo: “Olhe sempre do outro lado.” “E o avesso da notícia, qual seria?” Isso, com nove anos.

P/1 - Você estava falando de sua educação. Depois do colégio de freiras, você foi para o alemão. Como foi lá?

R - Foi interessante. Naquela época, uma criança de dez anos tinha latim, português, alemão, francês e inglês. Era assim, alemão era obrigatório e o latim também, na época era obrigatório. Uma coisa monstruosa, eram onze matérias para uma criança de dez, onze anos, mas era bom em termos de ensino, foi muito importante. Em termos de relacionamento humano também, fiz grandes amigos. Minha irmã conheceu meu cunhado lá, ele era meu colega de aula. O ginásio se fez com essa turma.

O primeiro ano começou com a gente e a primeira turma terminou sendo a nossa. A gente era uma turma experimental e, com isso, se teve muito acompanhamento. Em termos religiosos, eu achava uma disciplina muito pesada deles. A partir dessa escola eu comecei a desistir - religião era optativa, assistir as aulas de religião -, para não criar conflitos com... Então comecei a utilizar “sou católica” ou “sou judia”, dependendo da situação, para me livrar um pouco dessas discussões impositivas.

O científico, como se chamava nessa época, eu fiz depois num colégio Batista Americano, que foi o pior de todos porque aí era lavagem cerebral mesmo. Tomei contato com o cúmulo da hipocrisia na religião, que era assim... Não se podia fumar, então tinha que assinar um documento de que se eu estivesse fumando na minha casa e alguém da escola chegasse, eu estaria expulsa. Claro que ninguém fumava, mas juntávamos todas as baganas de cigarros na rua e jogávamos nos banheiros, porque uma escola como essa merece. Isso passava a ter valor maior que seus sentimentos. Aquelas preceptoras americanas que falavam muito bem, eram incapazes de se comover, mas eram capazes de se utilizar disso para expulsar uma aluna etc. A minha formação religiosa parou aí. Desse momento em diante, resolvi que as religiões são muito interessantes

cumprindo seu devido papel, bom e mau, todas elas, mas que não são tão importantes para que alguém viva.

P/1 - Você viveu alguma experiência particular nesse colégio que a tenha marcado?

R - Sim. Um colega nosso fumava e perdeu a mãe. Foi chamado pela diretora. Ele estava emocionado, triste. Ela então começou a conversar, na diretoria ele começou a chorar, e ela diz: "Me dá um cigarro?" Ele tirou um cigarro do bolso e ela diz: "Você está expulso". Ele chegou na nossa classe - era o terceiro ano - chorando. Eu me lembro que fui à sala dessa diretora e disse que ia bater fisicamente nela - ela era pequena. Ela disse que eu estava expulsa e eu disse que era ótimo, mas graças a Deus, no outro dia ela foi chamada aos Estados Unidos, e quem assumiu foi o professor de português. Como eu gostava muito de português, então ele pediu que eu ficasse. Ia sair no terceiro ano, mesmo. Foi muito traumatizante. Não pessoalmente, comigo, mas a gente sentiu tudo isso. Como uma pessoa pode usar a religião e pode destruir alguém. Ou a capacidade de comover alguém. Não diria que os batistas americanos são assim, mas a experiência dentro dessa área foi horrível.

P/1 - Como se dá sua opção para fazer Farmácia e Bioquímica? Você já estava no científico e logo depois você entra na faculdade, que é a Universidade Federal de Rio Grande do Sul.

R - Eu tinha definido: meu sonho era ser médica. Isso era claro pra mim. Era claro como outra dicotomia: queria também fazer Filosofia e Letras... Uma cadeira na qual eu me sentia muito bem, achava que ia me dar bem porque adorava literatura. Aí fiz o vestibular para Medicina e Farmácia. Naquela época, a gente fazia [os vestibulares] separados. O vestibular ia começar numa segunda-feira e na sexta eu tive uma crise de apêndice. Uma apendicite aguda. O médico me mandou operar, e eu: "Não vou operar!" "Eu tenho que fazer vestibular, faltando três dias!", aí antibióticos, repouso...

Eu fiz exames em faculdades diferentes. De manhã um exame, à tarde outra e à noite outra. Fiz na UERGS [Universidade Estadual do Rio Grande do Sul], na Católica [PUCRS], e fiz a Farmácia, duas [em] Medicina e uma [em] Farmácia. Eu passei [em] duas fases de Medicina, tanto na UERGS quanto na Católica. Foi muito difícil fazer esses vestibulares.

Prestei numa faculdade de Pelotas - Medicina de Pelotas - e passei. Fui fazer medicina lá. Pelotas é uma cidade a 250 quilômetros de Porto Alegre. E foi uma grande frustração como ser humano dentro de uma carreira. Era uma faculdade em que havia em toda ela seis... Com as duas moças que haviam passado naquele ano, em 1966, éramos oito mulheres na faculdade; o resto eram homens, a maioria filhos de fazendeiros, do interior. Tinha um rapaz, um japonês de São Paulo, e outros.

E as brincadeiras eram muito estúpidas. Era uma coisa assim, de uma violência... A primeira aula que a gente teve de anatomia não tinha anestésicos suficientes. Eles abriram os cachorros e os bichos uivavam. Eu quase desmaiei na aula.

Eles bebiam... Era um bairro afastado da cidade, era um bairro pobre. E eles saíam, os estudantes com os veteranos dizendo palavrões e fazendo coisas de baixo nível. E eu pensava como o povo, vendo essa gente, vai pensar: "Daqui a seis anos eu entro num consultório de um sujeito desses"? Eles gravaram, tipo aqui, uma entrevista com os veteranos, como se fosse adequação psicossocial, e as pessoas fizeram confidências. Faziam perguntas muito pessoais. Muitos choraram. Contaram coisas pessoais. E era brincadeira, puseram no pátio para todos ouvirem. Julgaram os bichos rebeldes. Eu fui considerada bicho rebelde. Claro que não aceitava aquelas coisas. E o japonês dizia para nós... Ele estava na nossa pensão. Ele tinha um cabelinho para trás... Acho que por muitos anos ele trabalhou o cabelo para conseguir pentear para trás para não ficar 'assim'; ele dizia que se raspassem a cabeça dele, ele iria embora. Era a única coisa de bonito que ele achava que tinha, era esse cabelinho finalmente deitado. E aí um veterano que era o juiz, cujo nome não me lembro, graças a Deus... Esse julgamento era com um chicote na mão, uma toga, como se fosse advogado. Chamava o rapaz de 'resto da bomba de Hiroshima', 'sucata da Segunda Guerra'; pegaram o rapaz à força para cortar o cabelo, raspar a cabeça. Eu simplesmente me retirei, fui à secretaria, cancelei a matrícula e falei "eu não fico". Naquele ano, um estudante de Geologia morreu porque o embebedaram tanto que ele caiu na calçada. Choveu à noite e ele morreu afogado na calçada.

P/1 - A direção da escola não fazia nada?

R - Com esse caso... Então eu comecei a ver a Medicina como pessoas que queriam ficar ricas, que queriam status e posição social. Não havia a vocação humana. A grande maioria eram pessoas desclassificadas. Não mereciam jamais usar um avental de médico e ter um corpo de alguém sob sua responsabilidade, a vida de alguém. A formação não era essa. Era status e dinheiro.

A escola, inclusive, proibiu depois daquele ano... Aquele ano foi tão brutal. Eu lembro que um estudante, me disseram depois, foi com um caminhão cheio de "jaguços" da fazenda para matar os veteranos no pátio da escola, tal o grau de humilhação que haviam imposto ao menino. Pediram que eu retornasse. Como eu tinha passado em Farmácia... Não, eu disse que ia fazer Farmácia nesse ano. "No ano que vem vou tentar em Porto Alegre, não volto para o interior". E acabei amando Farmácia, foi um acidente que aconteceu e que me conquistou. Nunca mais quis fazer Medicina.

Muitas cadeiras de Farmácia, a gente fazia na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, como Anatomia. A Faculdade de Farmácia tinha muitas mulheres. Não sei se por causa disso, o ambiente era muito mais humano.

Era uma coisa estranha que eu não conseguia admitir. A gente passava num corredor, na Faculdade de Farmácia, e ouvia piadas, assobios e brincadeiras como se estivesse num mercado público. Era muito... Eu não sei se ainda é, acho que não, com certeza não, na Medicina, mesmo em Porto Alegre. Era um choque muito grande o comportamento do médico, estudante ou profissional perto do comportamento de um farmacêutico ou de outras áreas onde o número de mulheres era maior - neutralizava, talvez, essa coisa. Mas não era só isso não, quer dizer... A medicina dava ao homem uma pseudoposição de superioridade, então ele achava que podia mexer com as pessoas, tanto doentes como saudáveis, como propriedade sua, talvez. Eu me afastei definitivamente da medicina, sem nenhum remorso.

P/1 - Voltando um pouquinho... O que mobilizou esse sentimento de afinidade com a medicina? E uma pergunta que eu tenho feito sempre: que histórico você tem na família de doenças, de algum tipo de epidemia, de coisa que tenha afetado sua família... Houve alguma coisa assim?

R - Não. Naquela época... Não sei se hoje ainda é, não é claro, a medicina era quase como um sacerdócio. Eu acho que os pais achavam os filhos... Se fossem católicos iam ser padres, a filha freira - era algo fantástico, podia virar santo, né - ou ia ser médico, que era um outro santo,

era o santo leigo. Aquele capaz de fazer com que você vivesse, então tinha uma aura de santidade muito grande, por um lado. Do lado do jovem, era o poder que isso ia lhe dar.

Eu me lembro que quando brincava de bonecas, eu gostava de ser... Eu não tinha muitos pendores manuais, minha irmã sim, eu não. As minhas bonecas, eu as vestia e as batizava. Eu era o padre - o padre que fazia o casamento ou o médico que tratava das bonecas - ou era a visita. Sempre alguma coisa que... Ou o homem do armazém... Eu não conseguia ser a costureira da boneca, não ia conseguir fazer aquelas coisas, então era a médica da boneca. Visitava as bonecas doentes das amiguinhas, a gente brincava com isso. E eu acho que foi daí, essa coisa de que alguém dentro do grupo de meninas e meninos tinha que ter um papel e meu papel assumido era esse. Acabou ficando assim, meio de ilusão...

P/1 - Mas houve algum histórico de doença na sua família?

R - Não... Claro que [havia] o problema cardíológico do meu pai. O primeiro infarto foi aos quarenta anos. Depois, aos cinquenta, teve um segundo e no terceiro, ele morreu. Dentro da medicina eu tinha vontade de estudar cardiologia, então claro que havia essa obrigação de tentar alguma coisa na área, que era na época... Hoje as pessoas fazem safena como quem toma sorvete e ficam melhores; antes, um problema cardíaco era fatal. Mas nada mais que levasse fundamentalmente a isso.

P/1 - Entrando na Farmácia, conte como se desenvolve sua carreira depois de sua formatura ou algum fato relacionado com sua fase de estudante...

R - A farmácia me entusiasmou em função de... Eu trabalhava o medicamento, a parte química, a produção, via o medicamento e o doente, realmente, como um ser integral. Mas aquela coisa: "Vou tratar a doença porque o médico vive de tratar doenças", raramente o doente. A gente estudava de uma forma integral, a Bioquímica, como iria agir, Farmacologia...

Eu monitorei Anatomia [por] muito tempo. Aí sim, [eu] era o trauma de Pelotas. Eu fazia questão de preparar os animaizinhos para a aula de Anatomia de tal forma, que enquanto eles dessem qualquer reação de que estivessem sentindo alguma coisa, eu não liberava para aula. Foi muito tempo assim, aí não pude continuar.

Eu fazia pesquisa com regeneração de fibras nervosas, dentro de Anatomia, dentro da Faculdade de Medicina. Um trabalho fantástico, com um professor italiano, Paolo, isso em 1969, 70... A gente conseguia fazer com que um cachorrinho que tivesse um nervo fibular cortado voltasse a andar. A gente fazia pesquisa de tal forma que comprovasse que acreditávamos na regeneração da fibra nervosa. Hoje considera-se novidade, a gente fazia isso.

Com a morte de meu pai, comecei a trabalhar e não consegui bolsa para pesquisa nem para continuar monitorando Anatomia. Tudo era no amor, aí fui trabalhar num hospital de manhã, o Hospital Espírita, enquanto terminava a Bioquímica, as especializações em Farmácia. Abandonei a pesquisa e todo o trabalho na anatomia. A faculdade trouxe essa experiência. Em Farmácia, a gente trabalha com alimentos, cosméticos, medicamentos, produtos de limpeza, ou seja, é muito ampla, lhe dá uma visão muito grande de trabalho.

Análises clínicas, fiz estágios em hospitais. Dentro do hospital era terrível. Lembro de análises clínicas: eu ia coletar sangue de crianças na Santa Casa da Misericórdia, crianças que estavam [há] oito anos no hospital porque era erro médico. Uma criança de dez ou oito ou seis anos, quando você chegava e ela sabia que era para coletar sangue, eles já entregavam o braço. Era terrível. Imagina, uma criança não se submete assim, sem choro, a isso.

Para mim era muito dolorido ver como a medicina tratava de forma diferenciada quem podia pagar e quem não podia, então eu abandonei a análise clínica - também não era uma área que eu gostasse muito - e fui para tecnologia industrial. Era um hospital psiquiátrico, seiscentos leitos. Parte dos pacientes eram espíritas, então tinham tratamento com passes e médicos espíritas. Grande número era de INAMPS e outros, particulares. Era um hospital aberto, com vários médicos privados. Um hospital excelente, de um nível muito bom. Começamos a fabricar os medicamentos do hospital. Tinha uma proposta de fabricar porque o número maior que se consumia era [de] psicotrópicos. Trabalhei muito com psicotrópicos.

A experiência profissional mais bonita que eu tive na minha vida foi trabalhando com loucos. São pessoas de um sentimento, de muita sensibilidade... Essa imagem que se faz do louco batendo, isso não existe, isso é muito raro. Eles tocam instrumentos musicais, cantam, pintam, fazem trabalhos, são muito carinhosos, afetivos. Dentro desse hospital, onde fiquei cinco anos, a gente sempre contava a história do louco que está no portão e chama alguém que está passando na rua. "Psiu, psiu", o outro vem, ele chama e pergunta, "Tem muita gente aí dentro?" Às vezes a gente questiona quem é mais certo.

Assisti a muitos eletrochoques. Uma terapia muito violenta, hoje se questiona mas tem suas... Quando o paciente está muito deprimido e há risco de suicídio, o eletrochoque provoca uma amnésia, um esquecimento. Ele não sabe nem quem é por algum tempo. E costuma voltar, sendo bem trabalhado. Muitas vezes se recupera muito totalmente da depressão.

Eu vi nos hospitais mesas cirúrgicas e equipamentos da época em que se praticava lobotomia, que é um negócio horrível. Houve uma época, no próprio hospital, em que se praticou isso.

Depois eu também trabalhei no hospital São Pedro, que tinha 4500 pacientes. Foi quase que concomitante, uma época. Era o Juquery do sul - vim fazer um estágio no Juquery e nesse hospital, Américo Bairral de Itapira, não sei se ainda existe. Era um hospital espírita também, moderníssimo. Eu vim porque nosso hospital mandou. Havia piscina para o paciente, praxiterapia, que é o que a gente chama onde eles trabalham, de uma forma muito bonita.

O hospital São Pedro tinha vários pavilhões. O mais triste de ver é o pavilhão dos crônicos. Eu fui a assistir as freirinhas no Hospital São Pedro darem remédios. Queria ver como é se dar remédios. Porque no hospital espírita todos tinham sua receita diária, se distribuía a medicação correta; a enfermeira dava o que era receitado. Imagine 4000 doentes num hospital público, então era interessante. Ficavam duas irmãs numa escada com um balde de água e uma caneca de plástico. Aí os pacientes iam passando em fila, eles ficam com um pijama do hospital, cabeça raspada - nem o irmão da gente a gente conhece no segundo dia, era tudo igual. Eles estendiam a mão; quem estendia a mão ganhava um remédio, quem não quisesse, não ganhava. E era tudo misturado, era um balde com comprimidos de todas as cores, e elas punham ali. Aí eles punham na boca, tomavam ou não, punham em baixo da língua e passavam para um pátio.

Esse pavilhão dos crônicos, considerados não-violentos, tinha em torno de uns 1500 pacientes. Eles almoçavam numa mesa imensa, tipo bancos.

Ganhavam um prato de plástico, uma colher de plástico - nada que pudessem se ferir - e alguém vinha e punha comida.

Teve uma hora que eu estava com outra farmacêutica que tinha vindo recentemente trabalhar no hospital, e nós entramos sem querer - porque era um labirinto aquilo - nesse refeitório. A moça 'gelou' porque não vimos qualquer enfermeira. Não tinha ninguém. Estávamos nós duas e 1200 loucos. Eu disse para ela: "Não se preocupe, vamos atravessar normalmente porque louco não é perigoso. Não existe isso." Passamos e um disse... Eu estava com uma blusa verde e ela com uma blusa amarela; um gaiato deles falou "olha a bandeira do Brasil" e aí cantaram o hino nacional e a gente passou incólume. Se estivéssemos, talvez, no corredor de uma faculdade de medicina, teríamos ouvido coisas bem ruins, mas não entre 1200 loucos.

P/1 - Sara, que medicamentos eram ministrados para os loucos? Estamos falando de que década? 60?

R - 69 até 73, foi minha experiência.

P/1 - Com que medicamentos você trabalhou nesse período? Você preparava medicamento? Que medicamentos eram ministrados para esses loucos?

R - A gente fabricava. Na linha de medicamentos desse hospital espírita, 90% dos medicamentos eram psiquiátricos. Não era um hospital com cirurgia. As intercorrências clínicas eram muito raras - dor de cabeça, dor de barriga etc.

90% eram psicotrópicos. Dependia do quadro do paciente. Se ele precisasse de tranquilizantes, de um sedativo, se ele precisasse de antidepressivo... A prescrição se limitava a algumas classes terapêuticas dentro da medicina. Nomes comerciais, não, né?

P/1 - Podemos falar de princípios ativos.

R - Eram aqueles que depois comecei a fabricar, em função desse consumo. Um dos que mais se consumia era o Diazepam - o antigo Valium, Dienpax na época - então Diazepam praticamente para todo mundo. A clorpromazina, que era também muito fabricada no hospital. E tinha um hipnótico, que depois foi proibido - vocês talvez lembrem, o Mandrix. Era um comprimido, um hipnótico que a meninada usava muito. A substância ativa era a metaqualona e era associada como 'bola', misturada com álcool. Lembro que eu comecei a fabricar esse medicamento no hospital, metaqualona. Eu tinha uma máquina pequena; para fazer uma diferença grande dos outros que eu fabricava - e não eram muitas máquinas -, eu usei punção, que é uma forminha que vai sair o comprimido.

Comprimido, farmacêuticamente, é um pó comprimido, por isso leva esse nome. O pózinho cai entre duas formas abertas, aberta e sai da forma em que essa forminha está. Fiz um comprimido cor-de-rosa, ele era grande. Como os pacientes tinham que tomar isso na hora de dormir, quando saía do hospital era um drama por que eles não aceitavam o produto comercial, eles queriam o comprimido grande cor-de-rosa, que era aquele que fazia dormir, mesmo que fosse igual.

A gente fez muita experiência com placebo na época. Como a gente fabricava o produto, podia fazer sem o princípio ativo para a experiência médica. E era incrível como muitos dormiam com comprimido de talco, farinha, mas só porque era aquele grande cor-de-rosa. Era uma questão psicológica. Cada medicamento faz efeito, é óbvio, mas tem muitas coisas envolvidas nesse efeito, tanto para fazer como para não fazer.

P/1 - Como obtiam o princípio ativo?

R - Comprávamos, importávamos, também fabricávamos muito fenobarbital. Os principais psiquiátricos, a gente fabricava na forma oral - injetável, não. Com isso, o hospital economizava. O laboratório era feito para... Como a gente não podia vender e o paciente tampouco podia levar, a diferença era o que se pagaria para a indústria e a economia que se fazia, fabricando internamente.

P/1 - Você vivenciou alguma experiência de introdução de medicamentos nessa área que tenha sido um "salto", que tenha mudado qualitativamente o tratamento?

R - Na verdade, os laboratórios [fabricam] muitos me too. São produtos da mesma classe terapêutica, com mesmo tipo de ação, mas sais derivados, que atuam de forma semelhante. Me too: "Eu também estou no mercado". Você lança um produto e outra indústria pesquisa um sal diferente, que não é um similar químico, é um similar terapêutico. Não é a mesma substância. Digamos, um analgésico: ácido acetilsalicílico e um paracetamol, uma aspirina e um tylenol, uma novalgina... As ações podem ser um pouco diferentes, mas são analgésicos. Então "eu também estou nessa classe terapêutica".

Produtos que tenham dado grandes saltos qualitativos, eu diria que não. Na verdade, a gente perdeu grandes produtos, mais do que se introduziu. Introduziu-se muita coisa importante, mas pelo uso, pelo consumo por viciados, produtos como o próprio metaqualona, o triexifenidil, como o Artane, que chegou a ser vendido [por] muitos anos sem receita... Traficantes, esse pessoal estuda formas de transformar o produto numa droga de uso que não deveria ser, por jovens.

As anfetaminas são produtos incríveis. Em determinados momentos, pacientes que entram numa narcolepsia, que dormem e que nunca vão acordar do sono, precisam de uma anfetamina, uma dexedrina, dexanfetamina - que teve de ser retirada de mercado pelo uso irregular. Eu acho que a medicina perde...

Morfina é fundamental, hoje alguns estão dispostos a fabricar. Um doente terminal de câncer, ele precisa de morfina, não existe nada mais que se possa usar que não seja morfina. Até em alguns casos de dor da gente, mesmo, mas o controle tem que ser tão grande, pelo uso irregular, que se prejudica a terapia e se acaba buscando novas drogas que muitas vezes não precisaria.

P/1 - Eu fiz essa pergunta porque de um outro trabalho temos a informação de que o haloperidol foi uma grande revolução no início dos anos 60, considerado revolucionário.

R - Foi. Quando comecei, já existia.

P/1 - Até então, o louco tinha que ficar em camisa de força e o haloperidol parece que permitiu um controle.

R - Eles usavam muito, quando o louco chegava furioso, um coquetel de Diazepam e Fenegan, ou Valium com Fenegan, que era uma prometazina. Fenegan e Diazepam, injetável. Isso era o que se usava - o haloperidol é mais para o tratamento de manutenção crônico. De ataque, era sempre Diazepam e prometazina misturadas. [De] Camisa de força, eu vi muita gente chegar, então era esse o ataque inicial. Mantinha as mãos amarradas na cama e sempre [administrava] via injetável esse tipo de droga. Os psiquiatras usavam muito o se que chamavam de impregnação; eles impregnavam o paciente com haloperidol, com Anatensol também, na época. Era dar tanta medicação que os pacientes ficavam impregnados do remédio e ficavam como se fossem robôs, autômatos. Era uma fase horrível, ver um paciente impregnado.

P/1 - Que tipo de pacientes chegam a essa situação? Que tipo de psicopatologia leva a esse quadro de violência?

R - Eu não sou psiquiatra, mas eu diria que posso definir muito bem um paciente que me visitava sempre na farmácia, porque eles ficavam, andavam nesse hospital espírita e tinham muito contato com a gente. Esse era poeta, fazia poesias. Vinha todos os dias a declamar poesias. Uma vez, ele chegou muito feliz porque ia ter alta. Veio se despedir, abraçou todo mundo, foi embora. Eu estava casualmente subindo a escada quando ele estava descendo com a família, com uma senhora, uma moça, não sei quem, e parei quando ouvi claramente a moça dizer para ele: "Você de novo vai voltar para casa para criar problemas". Eu olhei para ele e pensei: "Ele vai voltar".

Na época, existia uma corrente chamada de antipsiquiatria, [em] que a gente colocava... Era muito clara: se dizia na psiquiatria convencional que o paciente psiquiátrico era o elo mais fraco da corrente. A corrente do meio onde ele vivia mantinha seu equilíbrio de comportamento, mas alguém era mais fraco e rompia isso, então ele tinha que ser afastado e era levado para o hospital. O hospital era uma espécie de cadeia, tira do seio familiar e social aquele que representa a doença do grupo, sem dúvida. Na antipsiquiatria, a gente colocava que ele era o elo mais forte porque ele era o único que refletia a doença do grupo. [Ele era] Capaz de refletir. Isso, a gente no hospital discutia muito - para onde ia a terapêutica excessiva.

P/1 - [Ronald] Laing inclusive questionava os medicamentos excessivos, porque também era uma forma de você dopar e tirar essa personagem de ação.

R - O louco mais maravilhoso que eu conheci - eu conheci uns três fantásticos - era nesse hospital São Pedro. Ele era um crônico. Divertidíssimo. Na primavera vinha se despedir. Ele dizia: "Baixinha, agora eu vou ter alta. Vou falar com meu médico", que era Isaac Sprins, que era um médico fantástico. "Agora eu vou ter alta." "Mas como, Zé? Vai ter alta, está bom?" "Agora é primavera, eu posso viver pela rua. Não tenho que estar aqui no hospital. No inverno, eu vou ter algumas crises e eu volto".

Eles saíam, era gozadíssimo. Tinha um bonde, a gente encontrava muito dos meus loucos andando de bonde na cidade.

Esse louco, quando foi feito o laboratório do estado, mandaram ele carregar tijolos. Um dia cheguei e tinha um farmacêutico que morria de medo dos loucos, estava desesperado porque um jogou tijolos para tudo que era lado. Eu falei: "Imagino quem seja." E ele chegou, o Zé. Eu disse: "Zé, você aprontou." "Eu atirei... Eu sou louco, não vou carregar tijolo. Eu jogo tijolo pra cima".

Eu tinha um fusquinha branco. Meu fusquinha estava imundo, não dava para enxergar nos vidros. E ele veio todo feliz: "Olha, eu lavei seu carro." "Desculpa, sujou meu carro. Isso não é lavar carro". Aí eu dei dinheiro para ele buscar água, pano limpo, e lavar o carro para poder sair, pelo menos os vidros. Depois de uns dois dias, ele voltou: "Baixinha, arranjei um jeito de ganhar dinheiro! Estou sujando os carros de todo mundo, dizendo que eu lavei." (risos)

Eles viviam pedindo cigarro. Ficavam nos pátios, naquelas árvores; alguns nus, no inverno. Uma vez, eu dei um cigarro e falei: "Você tem fogo?"

Ele falou: "Não, eu só tenho a noite e o dia". Quando gostavam da gente tocavam violino, violão, cantavam, compunham, escreviam coisas.

Tínhamos na São Pedro uma senhora de uns setenta anos que tinha uma foto dela, provavelmente com dezoito anos, que ela mostrava sempre.

Ela vivia sempre pondo pó e penteando o cabelinho "porque o noivo ia chegar." Há sessenta anos ela estava esperando o noivo.

Um mundo à parte, mas é um mundo... Graças a Deus hoje não existe isso. Os hospitais estão acabando. No Juquery eu vi eles prenderem os pacientes, amarravam os pacientes com doenças orgânicas para não passarem aos outros pacientes psiquiátricos. Havia uma ala de um monte de gente amarrada porque estava com febre ou com diarreia, gripe. Acho que um campo de concentração é mais ou menos isso.

R - Como farmacêutica, como profissional da área, o medicamento é um instrumento de saúde, um insumo para saúde fantástico, não existe... Na hora certa, para necessidades bem identificadas, bem diagnosticadas, administrado como deve ser, é tão importante quanto o alimento. O problema é o uso errado que se faz.

Por exemplo, os anticonvulsivantes são produtos essenciais. Você vê um paciente com uma crise convulsiva se batendo, e sair disso. Em determinados momentos, qualquer diazépínico numa crise cerebral, um barbitúrico para alguém que teve uma queda, problema cerebral, que necessite estar em sono. Uma pessoa que não dorme, que tome um hipnótico, com uma ação orgânica. Tem hipnóticos que não têm uma função central tão forte, o corpo fica como se estivesse dormindo. Esses medicamentos têm uma função fantástica. Acho que todos têm. Por mais que a indústria procure renovar, por questões econômicas, seu arsenal terapêutico, no fundo os medicamentos são bens insubstituíveis.

Na psiquiatria eu não vejo o medicamento sozinho. Acho muito raro, muito difícil que alguém diga "me curei de um quadro psiquiátrico com o remédio" porque há todo um outro envolvimento que têm que ser considerado. Antibiótico, terapia, não existem coisas... Quem já esteve em hospital por uma crise qualquer - eu já passei por isso com uma apendicite supurada -, de repente saber que num hospital, num quadro que pode matar em 72 horas você sobrevive porque teve acesso ao medicamento. Porque pode ser medicado.

P/1 - Interessante, então aquela apendicite que você escondeu lá no vestibular acabou supurando.

R - Supurando, um mês e meio depois de nascer meu primeiro filho.

P/1 - Ah, bem mais tarde. Então você acabou não fazendo cirurgia na época e...

R - Acabei tendo que fazer uma laparotomia exploratória no Einstein, um mês e meio depois de uma cesária. Um quadro agudo, de quase morrer. Foi violento, foi muito pior que se tivesse feito na primeira vez. Aí a gente sabe o desenrolar de tudo aquilo - que é violento, que é terrível e que pode matar, e que você tem um filho recém-nascido. Nesse momento viver, pensar: "Graças a Deus que existem medicamentos. Existe um antibiótico tão forte, um analgésico capaz de não lhe fazer sentir uma dor de 32 pontos." Isso é insubstituível. Não há quem não abençoe um remédio numa hora dessas.

P/1 - Você falou em pontos de dor. Eu não conheço. Existe uma gradação de pontos de dor?

R - Trinta e dois pontos de cirurgia. Uma laparotomia é abrir tudo.

P/1 - Voltando na sua história, depois dessa fase que você trabalhou no hospital psiquiátrico, como se desenvolveu sua carreira?

R - O diretor desse hospital psiquiátrico São Pedro trabalhava no Hospital Espírita também. Ele viu o trabalho que a gente fez no Hospital Espírita e perguntou: "Vocês têm seiscentos doentes aqui. Eu tenho 3500. Não daria para a gente fazer esses medicamentos no Hospital do Estado?" "Dá".

Fui lá ver como era a farmácia. Há um detalhe bastante interessante: as irmãs faziam alguns soros no hospital. Era uma balancinha, aquelas balancinhas antigas, e tinha uma santa na frente do fiel da balança. Era impossível ver se o fiel da balança realmente pesava a quantidade, e eu imagino que ninguém morria porque o santo era forte, mas a gente via como se manipulava o medicamento assim. Fomos fazer um planejamento desse laboratório, do que seria fabricar no hospital. Eles tinham uma garagem no pátio que foi adaptada, se faria lá. Nessa época foi criada a Central de Medicamentos, [em] 1970, a CM, então o projeto do hospital psiquiátrico passou a ser considerado pela Secretaria de Saúde de Rio Grande do Sul como um projeto prioritário. Passou a ser um laboratório do Estado de Rio Grande do Sul; o que era uma intenção inicial fechada passou a ser um laboratório do Estado. Nessa época eu me imaginava... Olhava a indústria como uma grande vilã, inimiga e [achava] que a gente deveria estatizar e produzir tudo no Brasil, que a saída seria a produção toda no país. Depois também deu para ver que o uso político que se faz no Estado... Quando a gente tem vinte e poucos anos, tem muitas ilusões; acha que se há uma Secretaria de Saúde de um estado, ela vai produzir aquilo que realmente é econômico, o que o paciente mais precisa e não aquilo que dê mais notícia em jornal. Foi assim, a frustração profissional da estatização. Era um laboratório interessante. Começou a fabricar, mas eu fiquei muito pouco tempo. Depois dele estar funcionando, saí de lá. Fiquei mais um tempo no Espírita ainda e saí do Rio Grande do Sul.

P/1 - A CM foi criada com o objetivo de atender a população mais carente com distribuição de medicamentos. Esse laboratório tinha o objetivo de produzir medicamentos para CM?

R - Inicialmente, para os pacientes do estado, num projeto que era realmente de produção de medicamentos para população carente e a pesquisa também. Esse laboratório atenderia sanatórios de tuberculosos - a gente fazia muitos remédios para tuberculose - e a psiquiatria, eram produtos muito caros na psiquiatria. As diferenças [de custo] fabricando, e localmente, trazendo o produto acabado, eram muito grandes.

P/1 - Você diz que houve uma certa frustração, não funcionou exatamente como você imaginava.

R - A gente tinha uma experiência de... Não era válido fazer medicamentos que a indústria pudesse fornecer a um preço até mais barato. Tínhamos assim... Calculando custos de um medicamento no Hospital Espírita, eu era obrigada a provar que era econômico fabricar, então eu tinha o hábito de calcular o custo e o preço de compra. Eu tinha que "vender" minha produção para a direção do hospital para continuar produzindo, a ideia de que que era econômica. No hospital público, numa área pública, a gente diz: "Bom, o salário de funcionário...", mas o funcionário é do Ministério da Educação, o outro é de outra área. A água é do hospital, então [é necessário] apreender o custo. Dizer "eu faço mais barato" é fácil, se não agrego os custos disso. Até hoje vejo em jornais algumas estatais dizendo "a indústria vende muito caro". Tem um custo social de impostos que temos também como indústrias, e se fosse fazer o cálculo correto, teria que fazer um cálculo industrial para indústria estatal. Aí sim ela [iria] selecionar o que fabricar. Se ela puder comprar da indústria a um preço mais barato do que ela produz, não vale a pena, então vai produzir aquilo que dê mais economia para reinvestir o dinheiro dessa economia. O laboratório estatal teve um uso político muito maior do que praticamente um uso econômico e preocupado em produzir em maior quantidade.

P/1 - Você veio a São Paulo, pelo que me lembro de você contar resumidamente, por motivos políticos. Gostaria que você me dissesse o que aconteceu nesse período e como se deu essa sua chegada em São Paulo. Profissionalmente, como você se acertou aqui?

R - Eu tinha participado muito no movimento estudantil no Rio Grande do Sul, aí aconteciam coisas muito estranhas, do tipo: "Você está sendo acusada pelo SNI, tem uma acusação do DOPS [Departamento de Ordem Política e Social] de não sei que e a Secretaria de Saúde não pode ficar com você". Algumas perseguições, algumas coisas profissionais que começavam na época. Eu cheguei a ir ao SNI [Serviço Nacional de Informações]. Queria saber o que havia, porque muita gente ia embora do país. Se estivesse fazendo um trabalho que eu amo e alguém dizer "existe uma queixa", melhor ir embora. Disseram que não, só havia registros de "você é potencialmente perigosa pela sua capacidade de liderança", mas acabei sendo demitida da Secretaria de Estado e do próprio Hospital Espírita, sendo que ambos deram atestado de que não havia exercido atividades políticas dentro deles, pelo menos. Vim para essa indústria farmacêutica nacional para um cargo que estava sendo criado; um departamento de farmacotécnica, Laboratório Sintofarma. Foi uma experiência magnífica. Uma empresa voltada para o crescimento de seus empregados. Eu me lembro que no primeiro mês que eu estava [lá], a gente parou uma semana para fazer dinâmica de grupo interna, dos diretores aos supervisores. [Uma empresa] Muito voltada

para educação, formação profissional, adequação humana da empresa. Uma empresa privada brasileira.

P/1 - E quais eram os produtos da Sintofarma?

R - A Sintofarma tinha alguns vitamínicos, psicotrópicos também. Antibióticos. O primeiro produto, que a gente chama de filho - me lembro que eu desenvolvi - foi Cobavital, era uma coenzima com uma vitamina, coenzima B12 com ciproheptadina. Hoje é questionado esse tipo de associação, mas era um produto que estimulava o apetite, muito voltado para criança. Foi muito bonito, sabe? Um medicamento é registrado no Ministério da Saúde, recebe aprovação para ser fabricado.

P/1 - Você fez todo o desenvolvimento.

R - É. Ele deveria ser feito no escuro, não poderia ter luz. Tínhamos que trabalhar com o produto protegendo da luz, só com lâmpada vermelha. E tinha que desintegrar rapidíssimo. Colocava num copo com água - era bem pequenininho -, tinha que chegar ao fundo do copo dissolvido. Essa experiência se fazia para obter o melhor produto possível.

P/1 - Era uma multiequipe ou era você? Cada farmacologista ficava responsável por um produto? Como era?

R - Não, era equipe. Área médica com marketing, claro, determinados pelas questões de mercado, quais produtos seriam melhores para lançar. Éramos da área de desenvolvimento do produto, farmacotecnicamente - como ele tem que ser formulado e fabricado para ser um produto de qualidade. Ter um prazo de validade em que ele tenha o teor do princípio ativo, a embalagem etc.

P/1 - Cobavital ficou famosa. Eu me lembro.

R - Cobavital, depois foi Batrex, uma série de produtos que eram como filhos. Depois a gente recebia do telefonemas do usuário, até cartas. Era muito interessante esse feedback que a sociedade dá para a empresa. E o consumidor, mesmo vinte anos atrás, percebia se um furinho na embalagem de alumínio fez com que o comprimido mudasse de cor. Qualquer coisa, ele telefonava.

P/1 - Sara, você tinha uma equipe que detectava a necessidade de um produto. Como, a partir da colocação de se existe nicho para um produto X, vocês partiam para criar uma formulação? A partir do que?

R - Essa época, [em] 71, data do código de propriedade industrial que liberava no Brasil a cópia, a similaridade para medicamento, alimento, produto químico.

P/1 - Antes, não podia?

R - Não podia. Desde 1883 até 1971, [se] reconhecia patente em todas as áreas, desde a Convenção de Paris. Então as indústrias nacionais podiam direcionar seus produtos por similaridade às pesquisas internacionais e fazer aqui um similar, um produto da empresa multinacional. Muitas vezes a "multi" nem estava aqui, mas o pessoal acompanhava a literatura mundial. Acompanhava, lia as revistas internacionais etc. O Brasil não é um país inovador. Não criamos, não inventamos produtos. Tínhamos produtos desenvolvidos por nós na fitoterapia e temos alguma coisa que só existe no Brasil, plantas medicinais, mas dentro da área química, nós não inventamos. Estaríamos agora num estágio de cópia com inovação, porque um estágio tecnológico completo é cópia, cópia com inovação e inovação.

P/1 - Porque não existe a criação aqui?

R - Quando o Brasil entrou na convenção de Paris em 1883, que era reconhecer o monopólio das patentes, nós não tínhamos uma faculdade. Não tínhamos qualquer faculdade no território. A Inglaterra tinha seiscentos anos de universidade. Os Estados Unidos tinham trezentos anos. Data de 1883 a primeira faculdade rural de Pelotas. Então nós não podíamos copiar coisa alguma, até 1971. Os outros países... Japão reconheceu patentes em 76, França em 1960. Esses países primeiro aprenderam tecnologia, e tecnologia ninguém dá nem vende, você tem que desenvolver. Depois foram reconhecer, quando já estavam capacitados para isso.

O Brasil resolveu, porque a própria convenção de Paris permite isso, que [em] determinadas áreas consideradas estratégicas, o país possa deixar de reconhecer para desenvolver-se. Só que, ao mesmo tempo, não houve uma política industrial e tecnológica que desse à indústria nacional condições, até porque na década de 50 houve uma desnacionalização enorme da indústria no Brasil. A indústria farmacêutica brasileira foi vendida. Bristol era Laborterápica, o Laboratório Pinheiro de Vacinas foi comprada pela Searle e depois fechou totalmente, Fontoura-White era Instituto Fontoura. Havia uma massa crítica de industriais e indústrias boas na década de 50 até sessenta e poucos, que seriam capazes de ir à inovação.

Com as facilidades que Juscelino deu para que viessem para cá os capitais estrangeiros, eles vieram e qual era a forma mais fácil de entrar? Comprar as melhores indústrias nacionais. Quando se retirou a patente, em 1970, praticamente estávamos reinventando a indústria farmacêutica brasileira. As indústrias que hoje são grandes eram muito pequenas na época; as outras já haviam sido desnacionalizadas. Como não houve essa política, juntando universidade com empresa, a gente não pode dar um avanço muito grande, aproveitando a fase de cópia.

Nós não tínhamos também indústria química de base. Veja que a Petrobrás começa a se desenvolver em 70, até o atual pólo petroquímico de Camaçari. Na década de 80 é que se estabelece a química fina aqui no Brasil. Química fina são matérias finas por definição, de pequenas quantidades, com grande valor agregado. Medicamento... O fármaco se usa em pequenas quantidades, então se você não tem a nem química você não chega à química aplicada, à farmacoterapia. Os fármacos estariam agora, na década de 80, sendo desenvolvidos por nós.

Houve temos até um projeto muito bom, começou em 81, da Secretaria de Tecnologia Industrial com a Central de Medicamentos, que era a verticalização da produção voltada para que o Brasil fosse autossuficiente em medicamentos essenciais, então [era] a produção de fármacos da

Rename [Relação Nacional de Medicamentos Essenciais], da CM como prioridade absoluta.

Com Collor, a etapa de substituição de importações foi considerado ultrapassada e o setor industrial que não houvesse alcançado um nível capaz de competir em nível mundial não merecia qualquer proteção adicional, então fomos definitivamente descartados de um futuro nessa área. A indústria investia verticalizando a produção e para vender ao governo. Temos 25% do mercado, que é da indústria nacional; investir em produção verticalizada, ou seja, indo para trás - quanto mais para trás se vai, mais tecnologia se tem. Eu parto de um medicamento pronto; quando faço a matéria-prima para chegar a ele, estou verticalizando. E eu só posso investir nisso, que é caro, se eu tiver mercado. Ora, nunca tivemos nem fizemos reserva no Brasil nessa área, somos muito dependentes da matéria-prima externa.

P/1 - A CM [Central de Medicamentos] não dá nenhuma reserva para a indústria nacional?

R - Isso seria o exercício de poder de compra do governo, numa política industrial e tecnológica. Então você investe, faz a matéria-prima. A CM deveria comprar a matéria-prima para os laboratórios estatais produzirem o medicamento; ao mercado privado, essa empresa forneceria normalmente. Mas tudo isso foi considerado ultrapassado depois de muitos investirem, então hoje muitos fecharam. Mais fácil trazer da China, na Índia - [é] mais barato. E o Brasil perde a possibilidade de chegar a inovar, porque quem não sabe fazer arroz simples não chega a fazer um risoto sofisticado.

P/1 - A lei de patentes é um assunto que já passou pelo congresso; já foi sancionado também?

R - Foi em quinze de maio do ano passado. Em maio passa para inovação absoluta, e de maio do ano passado até maio deste ano vai para retroatividade. Teve um ano de prazo para as indústrias pedirem a retroatividade, que é um absurdo na lei; uma lei de patentes é uma lei que prevê o privilégio, proteção para inovação. Coisas absolutamente novas, não aquilo que já é de domínio público, que já seja conhecido mundialmente. A nossa lei permitiu isso, desde que o produto deles não estivessem comercializado em qualquer mercado do mundo, então têm o direito de pedir no Brasil. Ficaram em torno de oitocentos pedidos de retroatividade nesse ano e agora só pode entrar aquilo que realmente é inovação absoluta.

P/1 - Nisso, a Abifarma e a Alanac [Associação Laboratórios Farmacêuticos Nacionais] chegaram inclusive a ter conflito de posição.

R - Não, a Abifarma manteve-se neutra. A entidade que se bateu com a Alanac foi a Interfarma [Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa].

P/1 - Agora, basicamente a posição de vocês, só para entender: vocês queriam mais tempo antes da lei de patente ou vocês são absolutamente contra a lei de patentes?

R - Não, não somos contra a lei de patentes. Patente é um privilégio [em] que reconheço que você inventou. Se você inventou, você deve ser reconhecido por esse esforço, deve ser premiado por isso. Reconheço a sua capacidade inventiva, seu investimento pessoal, financeiro, então lhe concedo o privilégio de estar no meu mercado.

O que a patente coloca é que são vinte anos [de] monopólio absoluto do mercado, e mundial.

P/1 - Não são dez?

R - São vinte. Uma geração.

Esse monopólio significa que só ele pode importar, produzir, ter, não ter, colocar no mercado por um preço que ele quiser, porque é só ele, não há competição por vinte anos. No Brasil era quinze, agora passou a vinte com essa lei, e os Estados Unidos estão achando que é muito pouco, que deve ser enquanto interessar para a empresa produtora, como se não houvesse obsolescência. Existe, a coisa não é bem assim. O problema não é esse: você é dono do produto, só que eu posso fazer o seu produto. Acharmos que a patente não pode ter o monopólio. Se eu tiver lucro, parte de meu lucro eu pago, são os famosos royalties. Não preciso da sua licença para fazer. Se você fez esse copo, eu quero fazer um igual. Você vende a 20; eu vou vender a 10, 5, 2, não sei... O royalty internacional é seu. Se eu não fizer, eu não conheço; se eu não conhecer, eu não inovo. Um monopólio absoluto, que não permite que eu faça o que você fez, impede, monopoliza o conhecimento.

P/1 - Monopoliza o mercado também, porque você não tem competitividade.

R - Muito mais do que o mercado, é o conhecimento. E por isso a gente participou daquele fórum pela liberdade do uso do conhecimento, que reuniu mais de trezentas entidades da sociedade civil. Questionamos que atrás desse monopólio absoluto está um impedimento de que países menos desenvolvidos cheguem a desenvolver tecnologia. Praticamente onze países detém 98% dos pedidos de patentes do mundo, então a gente entende essa força que eles colocam em ter esse poder. A patente domina duas áreas fundamentais da sobrevivência, que é alimentação e saúde, fora todas as outras tecnologias. Se a semente que eu plantar for uma semente patenteada e eu não puder reproduzi-la porque estarei ferindo o dono da patente; se o animal que eu tiver não puder copular porque o filhote dele é propriedade de quem me vendeu geneticamente modificado; se o medicamento que eu tomo pertence a uma empresa mundial por vinte anos e de repente, por uma questão de guerra, ela achar que meu país não precisa daquilo, ela pode cortar.

P/1 - Isso vai contra as leis do próprio capitalismo, a livre concorrência.

R - Nosso argumento era a livre concorrência. Se a gente fala em neoliberalismo, em competição, a patente é a grande contradição. Não é à toa que seja uma força muito grande. Mundialmente, a gente percebe isso nas reuniões latino-americanas; a força que se faz hoje na República Dominicana, no Equador, no Paraguai, no Uruguai, para que tenham leis iguais às nossas. Na Índia também e na China, as relações bilaterais.

P/1 - É a flexibilização da lei, não é a questão do não reconhecimento da patente.

R - Nós não somos contra ao reconhecimento, nunca fomos. Acreditamos que é um estímulo reconhecer. Você é inventor, você merece, sim. Até poderia ter um monopólio de três ou quatro anos, quem sabe, se isso fosse interessante, mas o conhecimento é patrimônio da humanidade, porque você não chega a inventar qualquer coisa sem ter acumulado conhecimentos anteriores. Imagina se os árabes quisessem cobrar royalties pelo uso do alfabeto. E quem aprende a ler se não copiar? O processo de conhecimento é absorvido pela repetição que se faz dele. E ele é cumulativo, não pode pertencer a uma empresa.

P/1 - Sara, voltando com na sua história pessoal, vamos fazer essa passagem.

R - Da Sintofarma, que foi essa experiência, muito interessante, de desenvolvimento produtos, eu fui para o Majer Meyer. Era um laboratório nacional, produzia muitos produtos populares e muitos produtos pra governo. Na Sintofarma, era muito produto de receituário médico, propaganda médica. O Majer Meyer tinha uma produção fantástica pra CM, [eram um dos] famosos laboratórios que produzem para o governo.

P/1 - Que tipo de produtos?

R - Produtos essenciais da Renam e alguns populares. Tinha uma linha veterinária também, excelentes alguns produtos de receituário médico, que era uma linha nova dentro do laboratório.

P/1 - O que é Renam?

R - Renam é Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, listados pela Organização Mundial da Saúde. O governo utiliza para suas compras, então muitas empresas nacionais viram especializadas em fornecer o governo. A Majer Meyer produzia muito bem, um bellissimo laboratório, aqui na [Rua] Treze de Maio. Houve um fornecimento numa época de inflação muito alta, creio que em 83 ou 84, em que a CM passou seis meses sem pagar; a empresa recorreu a bancos e faliu. Entrou em concordata e acabou fechando - um laboratório de seiscentos funcionários, mais ou menos, que também investia em produção de matérias-primas, em tecnologia, acabou encerrando toda a atividade por não suportar a questão financeira e atrasos de pagamentos do estado.

Também passei por uma assessoria no Sindicato de Indústrias de Produtos Farmacêuticos, na área técnica. Nós tínhamos uma comissão de vigilância sanitária. Era uma orientação às empresas associadas sobre a legislação sanitária, tudo que envolve o produto farmacêutico em termos legais, uma série de exigências nessa área. Em 85, comecei como assessora técnica na Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais, que é uma entidade que reúne só indústrias privadas de capital nacional. Foi um trabalho muito envolvente porque inicialmente era da área de consultoria técnica. A legislação é muito dinâmica nessa área no Ministério da Saúde e as exigências também, então até mastigar antes, como fazer, como respeitar o que é exigido realmente atrás daquele texto legal, que muitas vezes é impossível.

A gente começou a participar politicamente de todas essas questões voltadas para saúde: política industrial, tecnológica, ciência e tecnologia; fomos ao Congresso Nacional e participamos da discussão da Constituinte, com a questão da definição de empresa nacional. Foi uma vitória, que perdemos agora, mas conseguimos introduzir que hoje não existe mais diferença entre empresa... É um absurdo! O país não sabe, não diferencia se uma empresa é nacional ou não. É como dizer que se puser na carteira que é estrangeira, é pecado. Não é, é estrangeira e pronto. E os bancos oficiais vão financiar agora as empresas multinacionais. Está aprovado.

Esse grande envolvimento político com a Constituinte, depois a questão da patente: desde 1991, quando Collor enviou o projeto, até sair, foram praticamente cinco anos de luta e batalhas políticas junto ao Ministério de Saúde e do Ministério de Comércio e Relações Exteriores. Participo também das negociações de Mercosul desde 1991, na Comissão de Produtos para Saúde e regulamentos técnicos e normas técnicas, onde a gente questiona todas essas normas... Costuma-se chamar de barreiras não-tarifárias, nesses acordos comerciais internacionais. Agora estive na Alca [Área de Livre Comércio das Américas] também, em Belo Horizonte. Uma coisa muito interessante, dá para sentir o encaminhamento de acordo comercial no mundo.

Uma coisa é a tarifa, quanto eu vou cobrar por seu produto entrar no meu país ou quanto você vai cobrar de tarifas para entrar no seu, a tendência é ir tudo a zero e fazer tudo um livre comércio. A segunda parte é que você exige qualidade para defender esse seu consumidor, que meu produto tenha. Qual é sua exigência em nível de país para seu consumidor. Isso é visto como barreira não-tarifária e é visto como atrapalhar o comércio.

Houve toda essa briga com a Argentina nesse último ano, de vigilância sanitária, porque eles querem facilidades que nem nós temos, nem queremos. Ou seja, a indústria no Brasil não pede facilidades, que não se apresente documentação técnica para o registro de um medicamento, que [é o que] a Argentina quer. E isso em detrimento da segurança do consumidor e do aporte de informação para o próprio governo. Questão de soberania, porque eles criaram um mecanismo de registro por similaridade a países.

O Brasil tem muito claro que aquilo que não foi aprovado na primeira vez aqui, um primeiro produto que chega, tem de ser visto se deve ou não ser consumido no Brasil. Os outros podem ser similares, com patentes ou não. A Argentina considera que, estando em onze países do mundo, [os remédios] entram lá como se fosse território dele. Com isso, abdica do direito de dizer não. Não é porque um país desenvolvido comercializa um medicamento que eventualmente eu o queira dentro de meu país. E abdicaram dos direitos de ter dentro do Ministério da Saúde a documentação tecnológica, importante pra um... Não é que sejamos, mas achamos que podemos ser um país de referência. Então [no] Mercosul se questionou muito essa parte, eu considero um risco para a sociedade que os acordos comerciais todos considerem as restrições tarifárias, os impostos que se põem contra ou a favor da importação como fundamental. Comercialmente, hoje se considera que a exigência técnica é um entrave ao comércio, quando deveria ser considerado que isso, harmonizado, é a possibilidade de um país em desenvolvimento crescer, atingir mercados mais exigentes, e não regredir e permanecer como um mercado jamais capaz de atingir melhores níveis.

P/2 - Houve, por parte do governo brasileiro, a criação de algum órgão governamental de incentivo à indústria nacional, no sentido de que poderia ter possibilidades de desenvolvimento na área de pesquisa?

R - Houve, sim. Esse pequeno movimento, em 1981, que era esse projeto de Secretaria de Tecnologia Industrial, CM, primeiro voltado para a verticalização, para fazer os produtos essenciais. Mas é aquela coisa do arroz e do risoto sofisticado. Se eu aprendo a fazer um Diazepam, posso chegar a fazer outro diazepínico, posso chegar a inventar porque eu já conheço o caminho tecnológico. Posso inovar em cima disso. O que faltou do governo brasileiro foi envolver a universidade.

Vamos ficar com o Diazepam. Diazepam é um produto que tem vinte anos de mercado, não tem mais patente mundial. No momento em que eu faço pela primeira vez a matéria-prima, para mim ela é uma inovação; ela é velha no mundo como tal, mas é meu primeiro arroz fabricado, é uma inovação.

Muitos industriais iam com essas matérias-primas antigas à universidade, pedindo que fizessem as análises e testes para verificar se o produto feito no Brasil era tão bom quanto o produto estrangeiro. Porque mesmo a minha cópia eu preciso testar para ver se é tão boa quanto [o original]. E a universidade se recusava, porque a universidade há muito pouco tempo passou a ver pesquisa aplicada como algo bom. Os cientistas diziam: “Isso não me dá paper. Se eu não puder publicar alguma coisa diferente, não tenho aumento de salário. Eu preciso ter um monte de inovações em papéis, dizer que eu fiz algo um pouco diferente porque isso me dá publicação em revista internacional e, com isso, posso juntar créditos para ganhar um melhor salário. Não vou gastar meu tempo checando uma coisa que não vai me dar prestígio”.

A aproximação da indústria nacional era vista como algo contaminador da relação com a sociedade científica. O maior entrave foi, sem dúvida, esse. Não havia o que há nos países desenvolvidos. Ciência básica tem que continuar sendo feita, mas ciência aplicada é fundamental para a sociedade. É a resposta que a universidade pode dar à sociedade. Não é que eu não pudesse fazer meu teste, mas se eu fabrico e testo, quem garante que eu fui sincero? Um instituto de referência, uma universidade é um aval científico do que você fez é válido. Nós tínhamos até capacidade de produzir, mas não tínhamos abertas as portas da universidade para esse trabalho de inicialmente [fazer] uma checagem do que estávamos fazendo e, depois, [haver] um trabalho em conjunto para melhorar aquilo. Se houvesse outra mentalidade no começo de 80, acho que o salto qualitativo teria sido muito maior. Inclusive havia-se criado o Codetec, Companhia de Desenvolvimento Tecnológico, aqui em Campinas, que era uma fundação criada exatamente para fazer a pesquisa que eu quisesse; eles faziam lá, vários cientistas, e depois passavam para a indústria. Você pagava uma parte, o governo outra e a gente pagava ao governo com matéria-prima depois.

Existe todo um investimento na área tecnológica e depois na área industrial. Você tem que investir para ter indústria grande. A experiência mostrou - de 81 até 86 que nós tínhamos 23 indústrias nacionais que entraram no projeto. Em menos de uma década, 23 indústrias capacitadas, com vocação e querendo investir em tecnologia. Até chegar um Presidente da República, que diz: “Não brinco mais com tecnologia. Se vocês não são grandes, não adianta, não vale a pena mais esperar por vocês.”

P/1 - Sara, você tem algo mais a acrescentar? Da nossa parte, agradecemos pelo seu tempo. Foi um excelente depoimento.

R - Obrigada.